



Bruno Michel Ferreira da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais

brunofsilva.geo@gmail.com

PROGRAMA DRENURBS NO CÓRREGO BALEARES: APROPRIAÇÃO SOCIAL DAS MARGENS DO CURSO D'ÁGUA PELA POPULAÇÃO.

INTRODUÇÃO

A grande presença de mananciais com água de boa qualidade foi um dos principais elementos que motivou a construção da capital mineira na sede do antigo Curral d'El Rey, no fim do século XIX. Entretanto, ao longo dos anos, eles se tornaram gradativamente invisíveis aos olhos de quem transitava pela cidade de Belo Horizonte. Seus leitos foram cobertos por largas avenidas que compunham o traçado geométrico da nova capital mineira, tida como símbolo de progresso pelo nascente regime, a república.

Esta é uma realidade de diversos centros urbanos que surgiram em meio ao contexto de florescimento do movimento higienista ou se adequaram a seus ideais. O movimento higienista ou sanitaria influenciou não só o traçado de várias cidades ao redor do mundo, mas também o modo de nos relacionarmos com os cursos d'água, delegando-os a invisibilidade na paisagem urbana e a simples função de levar para longe dos olhos aquilo que não é mais necessário, como lixos, descartes e também o esgoto.

Obras envolvendo os cursos d'água, como retificações, canalizações e impermeabilizações ganharam grande impulso ao longo do século XX, promovendo a expansão da malha urbana, para atender o trânsito de veículos, e também a marginalização desses cursos da paisagem urbana, objetivando, sobretudo conter eventos de inundações que se tornaram recorrentes em grandes cidades. Em contrapartida, se observa diversos efeitos negativos sobre a água, como também a maior incidência de picos de cheia nos cursos d'água inseridos em ambientes urbanos, causando mais inundações.

Diante desta conjuntura, em meados do século XX se observa uma mudança de mentalidade em alguns países desenvolvidos. Trata-se de uma substituição do enfoque



sanitário-higienista para um enfoque ambiental de análise dos rios e córregos. Este novo enfoque, concebido através da conscientização das interações entre as atividades antrópicas e o meio ambiente permite que consideremos novas estratégias em obras que envolvem os cursos d'água, além das tradicionais canalizações e retificações.

Apesar de embrionárias, na cidade de Belo Horizonte também há experiências no sentido de promover estratégias no tratamento dos cursos d'água alternativas às canalizações e impermeabilizações. O programa DRENURBS - Programa de Recuperação Ambiental dos Fundos de Vales e Córregos em Leito Natural do Município de Belo Horizonte - foi concebido nesta ótica. Seu principal objetivo é o controle das enchentes através do tratamento dos fundos de vale e da revitalização dos córregos que ainda permanecem em leito natural em Belo Horizonte.

Através do Programa DRENURBS foram criados alguns parques lineares com objetivo de promover a conservação dos cursos d'água revitalizados. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é investigar as formas de apropriação das margens de um dos córregos que foram revitalizados pela população, o córrego Baleares, após as intervenções no curso d'água e a implantação do parque linear no âmbito do programa DRENURBS. A pesquisa foi realizada nos limites do Parque José Lopes dos Reis (Parque Baleares) e os resultados foram discutidos com base no conceito de vitalidade de pequenos parques e praças de Jane Jacobs (2000)

BELO HORIZONTE E OS RIOS URBANOS

Nascida na fase inicial da república brasileira, Belo Horizonte foi construída através da intervenção estatal com finalidade de substituir Ouro Preto como a nova capital mineira. Sua criação estava associada à intenção de edificar um novo país, com símbolos que remetessem ao regime vigente (BAHIA e LISTHER, 2007, p.62).

Os parâmetros utilizados para a definição da localidade que iria sediar a nova capital mineira eram primeiramente a salubridade e, em seguida a disponibilidade hídrica, mas em função principalmente da abundância de mananciais na região do Curral d'El Rey foi escolhida para sediar a nova capital.



Assim como nas etapas de estudo das localidades, a concepção positivista e higienista também esteve presentes no processo de confecção da planta e conseqüentemente na execução das obras da nova capital. Prevendo água em abundância, largas avenidas e “edifícios simetricamente construídos permitindo a plena circulação do ar” (BORSAGLI, 2016, p. 51), a cidade foi pensada de forma ordenada e geometricamente organizada sem levar em consideração o traçado dos rios e sua função primeira de manutenção da qualidade e quantidade de suas águas.

No decorrer da construção os problemas com relação aos rios começaram a aparecer, principalmente em função do curto prazo para conclusão das obras, o que contribuiu para que no momento da inauguração da nova capital, em 12 de dezembro de 1897 muitos desses problemas ainda persistiram. O transbordamento dos rios na nova capital também se tornou comum durante os anos iniciais do século XX.

Em meados da década de 1920, Belo Horizonte havia crescido mais que a previsão de seus idealizadores, gerando um descompasso entre demandas da sociedade e a capacidade do poder público em atender. Carla Wstane (2013) indica que desde o final dos anos de 1920, Belo Horizonte já apresentava registros significativos de enchentes que, em sua maioria, eram fruto da concepção da cidade. Contudo, esse quadro agravou-se ainda mais nos anos seguintes, resultado da expansão da malha urbana. Nos anos de 1940 e 1950 a população já convivia com enchentes recorrentes durante o verão.

Como forma de tentar adequar a estrutura sanitária da capital aos novos incrementos populacionais, os anos posteriores a 1945 foram marcados por obras de encaixotamento dos cursos d'água seguidas de asfaltamento das vias construídas sobre os rios. Primeiramente as obras deste tipo foram realizadas na área planejada (Zona Urbana) e, em seguida, irradiaram-se também para a Zona Suburbana, abrangendo, inclusive a bacia do ribeirão Onça (BORSAGLI, 2016).

Desta forma, na cidade formal, o que antes eram os leitos dos cursos d'água tornaram-se lugares desabitados, destinados ao tráfego de veículos. São lugares apenas de passagem. As pessoas, por sua vez, não se sentem mais envolvidas com o problema da insalubridade, embora ele ainda exista mesmo que de forma invisível aos olhos. De acordo com Wstane (2013), a ilusão do desenvolvimento local com obras de canalização trata-se, na verdade, de um *des-*



envolvimento que pode ser entendido como a retirada do envolvimento e da autonomia por parte da população. Já nas favelas, mesmo com córregos poluídos, essa relação cotidiana é preservada, visto que esses cursos d'água ainda preservam muitos atributos naturais (SILVA, 2013).

Nesta perspectiva, vivemos a eminente impossibilidade de apropriação dos rios e de suas margens pela população na cidade formal. As tradicionais obras de retificação e canalização, associadas às péssimas condições sanitárias dos cursos d'água não permitem que os indivíduos desenvolvam relações com esses espaços. E quando isso é possível, geralmente é através da circulação em suas margens que foram transformadas em avenidas sanitárias (MELO, 2015).

De acordo com Wstane (2013), é necessária uma mudança de postura, tanto do poder público, como “[...] também da própria sociedade em aceitar os córregos não canalizados, desde que despoluídos” (WSTANE, 2013, p. 77). Todavia, para que isso, de fato, ocorra é necessário que as pessoas retomem o contato e se identifiquem com esses elementos dentro da cidade (MELO, 2015). Mudanças neste sentido estão em curso em Belo Horizonte desde meados da década de 1990 com alguns movimentos sociais, principalmente o Projeto Manuelzão, entretanto políticas públicas voltadas para este objetivo só surgiram no fim dos anos de 1990 e início dos 2000 com o Plano Diretor de Drenagem Urbana (PDDU) e o Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte – DRENURBS.

NOVAS FORMAS DE GESTÃO DAS AGUAS URBANAS DE BELO HORIZONTE

Diante da conjuntura histórica de insalubridade dos cursos d'água, causada pela poluição advinda da criação da cidade e os constantes eventos de enchentes, seguidos por obras de canalização que se espalharam por todo o município de Belo Horizonte e também por algumas bacias situadas em municípios vizinhos, integrantes de região metropolitana, começou a se pensar em novas formas de gestão das águas urbanas. Nesse processo, o Projeto Manuelzão foi, e ainda é, fundamental na discussão e politização sobre a revitalização de rios urbanos.



Criado em 1997 pela iniciativa de professores da Faculdade de Medicina da UFMG ele surgiu com a proposta de análise sistêmica e integrada dos problemas relacionados à saúde e água, tendo como foco a bacia do rio das Velhas.

Nesta perspectiva, a bacia hidrográfica, caracterizada como um conjunto de terras drenadas por um curso d'água e seus afluentes passa a se apresentar como uma unidade de análise e gestão (CARMO & SILVA, 2010). Isso ocorre a partir da proeminência da problemática ambiental que, por sua vez, “exige uma nova racionalidade no dialogo dos saberes” (LIMA, 2005, p.179). Essa unidade permite um olhar mais amplo que a visão apenas territorial, possibilitando diversas análises envolvendo os meios físico e social.

Esta nova dimensão potencial dada à bacia hidrográfica foi incorporada pela primeira vez no planejamento urbano de Belo Horizonte a partir do PDDU - Plano Diretor de Drenagem Urbana e do DRENURBS - Programa de Recuperação Ambiental dos Fundos de Vales e Córregos em Leito Natural do Município de Belo Horizonte (MELO, 2015). Dessa forma, o PDDU, elaborado pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP – no ano de 1997 “configurou-se como a porta de entrada da cidade para às tendências de modificação no modelo de gestão da drenagem” (MELO, 2015, p. 125).

Pensado durante a elaboração do Plano Diretor do Município de Belo Horizonte (Lei nº. 7.165 de 27 de agosto de 1996), o PDDU foi instituído como um instrumento de planejamento da drenagem urbana do município (MEDEIROS, 2009). Sua concepção é pautada na compreensão dos sistemas de micro e macrodrenagem da cidade. No âmbito do PDDU são realizados o cadastro, o mapeamento, o monitoramento e a caracterização, das bacias hidrográficas de Belo Horizonte. Sua finalidade é subsidiar a elaboração de um novo modelo de gestão pública das águas urbanas.

Como parte da proposta do PDDU, foi lançado no ano de 2001 o Programa DRENURBS. Seu principal objetivo é “implementar ações de melhoria na condição ambiental e conservação dos cursos d'água que, embora degradados, poluídos e com suas margens ocupadas, conservam-se ainda em leito natural no município” (MEDEIROS, 2009, p.29).

Uma estratégia que foi amplamente utilizada no âmbito do DRENURBS é a criação de parques lineares ao longo dos cursos d'água revitalizados. Eles atuam na conservação dos recursos naturais que envolvem os cursos d'água e também como viabilizadores do uso das



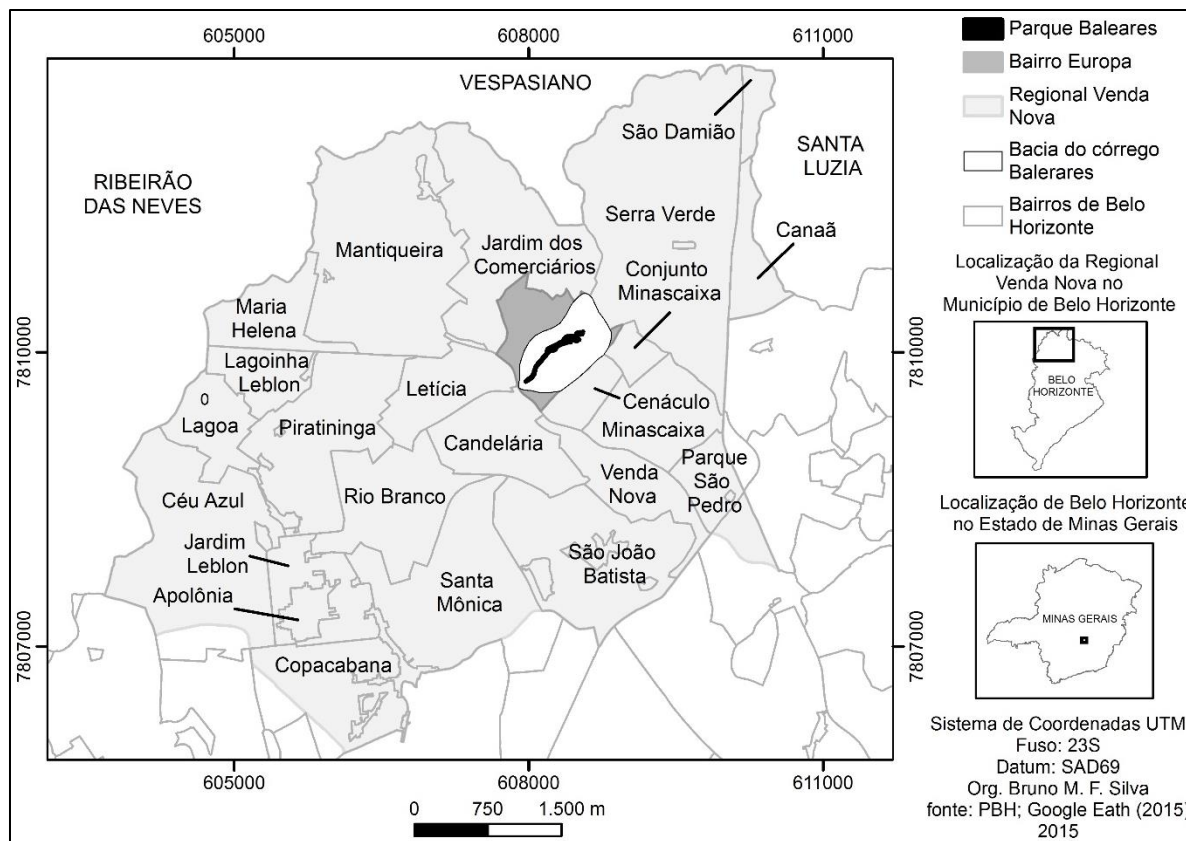
margens dos corpos hídricos pela população, possibilitando atividades de lazer, cultura e a locomoção de pedestres.

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O parque Baleares, fruto das intervenções do programa DRENURBS na bacia do córrego Baleares está inserido no bairro Europa, localizado no limite norte do município de Belo Horizonte (FIG. 1). Este bairro teve sua origem no início dos anos de 1980, quando se intensificou a oferta de lotes populares na regional Venda Nova, uma unidade administrativa com aproximadamente 40 bairros.

A bacia do córrego Baleares é um afluente do córrego Vilarinho com aproximadamente 40 hectares de área drenada. Seu curso d'água principal tem cerca de 1300 metros de extensão, localizados, principalmente, na área do parque José Lopes dos Reis, mais conhecido como parque Baleares (PBH, 2003). Toda esta área, inclusive a bacia do Vilarinho está inserida na bacia do córrego Isidoro, um afluente do ribeirão Onça.

Figura 1 - Localização da bacia do córrego Baleares e do Parque Baleares



Fonte: Bruno Silva, 2015.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada baseou-se no estudo documental, em observações de campo não participante ou simples e também na discussão e análise dos resultados a partir do conceito de vitalidade de parques e praças de Jane Jacobs (2000). Os documentos utilizados foram alguns registros de reuniões realizadas entre representantes do poder público e membros da comissão local do Parque Baleares (moradores do bairro) que foram analisados com base no conceito de vitalidade exposto por Jane Jacobs (2000) em sua obra “A morte e vida nas grandes cidades”. Já as observações de campo foram realizadas em dias e horários aleatórios no período de agosto de 2015 a junho de 2016. Foram feitas aproximadamente 10 visitas ao Parque Baleares com permanência média de 2 horas. As visitas foram realizadas em diferentes dias da semana, inclusive os sábados, domingos e feriados.



Conforme Ferreira *et al.* (2012), as visitas de campo podem ser classificadas como observações não participantes, na qual o pesquisador atua somente como espectador do objeto observado.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

É notável que o contato das pessoas com os cursos d'água revitalizados no âmbito do programa DRENURBS tem a capacidade de criar e disseminar imagens positivas sobre eles, o que podem influenciar inclusive os projetos futuros de revitalização de córregos. A apropriação dos parques lineares, onde se localizam esses córregos revitalizados, por sua vez, também tem potencialidade de atuar positivamente neste processo, promovendo a reinserção desses cursos d'água na paisagem urbana. Por outro lado, caso a apropriação da comunidade nestas áreas não seja efetiva, áreas como essa podem ser condenadas ao fracasso (JACOBS, 2000), influenciando também o destino dos cursos d'água que nelas estão inseridos e possivelmente as políticas públicas que vertem para essa lógica.

Levando-se em conta as observações em campo, percebe-se que a visitação não é muito intensa no Parque Baleares, conduzindo a ideias que deslegitimam a apropriação do parque pela comunidade. Entretanto, os registros de reuniões avaliados revelam que há uma parcela da população residente nas imediações do parque que se utilizam da área e buscam melhorias com a finalidade torná-lo verdadeiramente atrativo ao restante da comunidade.

A partir do conceito de vitalidade de pequenos parques e praças, proposto por Jane Jacobs (2000) é possível elencar vários aspectos que podem estar relacionados aos problemas enfrentados pelo Parque Baleares, como o de baixa popularidade e o vandalismo. Jacobs (2000) considera que os parques impopulares são aqueles que recebem poucos visitantes ao longo do dia e acabam sendo subutilizados ou utilizados de formas indevidas, promovendo a longo prazo o seu fracasso. Nesta perspectiva, o vandalismo e as formas de apropriações indesejadas, ou seja, relacionadas a crimes são comuns em parques impopulares. Para a autora, “longe de transformar qualquer virtude inerente ao entorno, longe de promover as vizinhanças automaticamente, os próprios parques de bairro é que são direta e drasticamente afetados pela maneira como a vizinhança neles interfere” (JACOBS, 2000, p.104).



Há vários fatores que afetam a vitalidade de praças e parques de bairros. Eles estão relacionados basicamente às características de seu entorno e à sua estrutura interna. Um parque depende da diversidade física funcional dos usos em suas adjacências¹, da consequente variedade e quantidade do público que ele recebe ao longo do dia, bem como da multiplicidade de espaços que ele oferece, proporcionando lugares para as inúmeras formas de apropriação (JACOBS, 2000).

A baixa diversidade nas adjacências de um parque, segundo Jacobs (2000), pode tornar o parque um atrativo para usos indesejados, pois inevitavelmente ele estará vazio em grande parte do dia. Os usos indesejados tem mais possibilidade de se estabelecerem quando há a ausência de outros tipos de usos. Esta situação ocorre em vários casos, inclusive onde o uso adjacente é predominantemente residencial. Nestes parques, muitas vezes, a maior parte do público adulto corresponde a mães que o utilizam em pequenas parcelas do dia, deixando-o esvaziado a maior parte do tempo (JACOBS, 2000).

O Parque Baleares partilha desta realidade. Situado em uma área primordialmente residencial, ele permanece vazio por grande parte do dia. Seu público corresponde principalmente a mães com crianças, adolescentes e crianças, conforme foi observado nas visitas à área de estudo, um público restrito que utiliza o parque em horários reduzidos. Com relação aos adolescentes e às crianças sem a presença de suas mães, eles foram observados nas dependências do Parque Baleares na maioria das vezes, entre os horários de aula escolares, no período de 11:40 às 12:40 e após às 17:30.

Com relação à estrutura interna de um parque ou praça, Jacobs (2000) elenca vários fatores que tem grande influência no processo de apropriação pela população. A complexidade de seu projeto, sua centralidade, a insolação que ele recebe ao longo do dia e sua delimitação espacial.

O conceito de complexidade de um parque remete as opções que ele oferece a seus visitantes em termos espaciais. São as perspectivas que se abrem a partir da multiplicidade de cenários. A centralidade, por sua vez, refere-se ao lugar amplamente reconhecido como centro do parque ou praça, um local de destaque. A insolação, como já foi mencionada, está

¹ A diversidade, segundo Jacobs (2000) corresponde à disponibilidade de serviços, restaurantes, atrativos culturais e etc. nas áreas adjacentes de uma praça ou um parque.



relacionada exposição do parque, de forma geral à luz solar. Segundo Jacobs (2000) as edificações do entorno dos parques não devem privá-los do sol, embora eles sejam importantes para delimitá-lo. Nesses termos, sua delimitação espacial deve ser bem definida para que determinados espaços se destaquem na paisagem urbana.

Com relação ao Parque Baleares, em termos de estrutura, ele pode ser considerado um bom parque, mesmo que de pequenas proporções. Seu projeto apresenta complexidade média, visto que ele dispõe de alguns espaços distintos, porém com poucas opções. São, basicamente, um *playground*, uma praça com equipamentos de ginástica, que pode ser identificada como área central, e mais duas áreas passíveis de serem utilizadas para outras atividades, uma revestida de grama e outra em meio a vegetação. A maioria dessas áreas recebe a luz solar em algum momento do dia, com exceção da área situada em meio à vegetação. Além disso, trata-se de um parque bem delimitado que, em virtude da variação topográfica da região pode ser facilmente identificado na paisagem.

Percebe-se, então, que embora o Parque Baleares disponha de uma considerável estrutura (proporcional a suas dimensões), ele não é um parque muito popular em função de outros fatores. A baixa diversidade de seu entorno tem grande influência em seu grau de popularidade, visto que ele é utilizado apenas por poucos grupos distintos e em horários específicos. Além disso, conforme foi constatado nos registros de reuniões dos representantes da FPM e membros da comunidade, há certa dificuldade de implementar atividades no interior do parque que não sejam propostas pelo próprio poder público, principalmente em função da burocracia. Tal fato pode inibir novas apropriações.

Embora o objetivo inicial do Parque Baleares não esteja relacionado estritamente a visitação e à contemplação, a apropriação por parte da população é um fator muito importante para garantir sua longevidade. Para que seus objetivos, relacionados à salubridade pública e a questão hídrica urbana sejam compreendidos e disseminados pela população, o Parque Baleares deve encher-se de vida, sem deixar, contudo, de propagar os benefícios de sua proposta atrelada ao paradigma ambiental.

Em dias comuns no Parque Baleares não há qualquer instrumento que promova a tomada de consciência por parte do visitante ou do transeunte sobre a missão deste espaço, vinculada, sobretudo a concepção ambiental no que se refere ao tratamento dos cursos d'água inseridos no



meio urbano. Existe apenas o espaço com seu rio preservado e em leito natural aberto à visitação, porém sem qualquer meio de empoderamento por parte da população. Mais do que os parques lineares (frutos das intervenções no âmbito do DRENURBS) abertos ao público, é preciso também de uma apropriação consciente e engajada por parte da população, pois ela é capaz promover a eficácia desta proposta e também mais ações nesse sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento urbano acelerado e inadequado de Belo Horizonte promoveu a rápida degradação dos cursos d'água que foram incorporados pelas áreas urbanas com a simples função de esgoto. O modelo de drenagem urbana é responsável por elevados encargos financeiros, ambientais e principalmente sociais no âmbito da cidade, como a degradação dos cursos d'água presentes na malha urbana, prejuízos decorrentes dos constantes eventos de inundações e também uma perda de contato da população com os rios.

Nesta perspectiva, O programa DRENURBS surge com uma proposta inovadora em Belo Horizonte, contudo os benefícios das intervenções realizadas no âmbito do programa não são amplamente expostos à população, desfavorecendo assim o processo de empoderamento por parte dos indivíduos.

Sobre o processo de apropriação das margens do córrego Baleares, os resultados demonstram que este processo ainda é, de certa forma, incipiente. Neste sentido, é necessário que ocorram iniciativas por parte do poder público para atrair a população sem deixar, contudo, de conscientizá-la sobre a problemática socioambiental em torno dos rios urbanos e os verdadeiros objetivos dos parques lineares constituídos no âmbito do Programa DRENURBS, como o próprio Parque José Lopes dos Reis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA, Cláudio et LISTHER, Marques. **Metamorfoses da metrópole**. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte: APM, Ano XLIII, nº. 2, p. 61-74. Julho-Dezembro de 2007.

BORSAGLI, Alessandro. **Rios Invisíveis da Metrópole mineira**. Belo Horizonte: Ed. Do Autor, 2016. 430p.



CARMO, J. P. A. & SILVA, P. D. D. **A bacia Hidrográfica como unidade de estudo, planejamento e gestão.** In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16, 2010, Porto Alegre. **Crise, praxis e autonomia:** espaços de resistência e de esperanças. Porto Alegre: 2010. 1-9p

FERREIRA, Luciene Braz, *et al.* **A Técnica de Observação em Estudos de Administração.** In: Encontro da ANPAD, 36, 2012, Rio de Janeiro, 1-15p.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** 1ª edição. São Paulo. Martins Fontes, 2000.

LIMA, Adalto. **A bacia hidrográfica como recorte de estudos em geografia humana.** Londrina-PR, V. 4, nº 2, 173-183p, Jul./Dez. 2005.

MEDEIROS, I. H. **Programa Drenurbs/Nascentes e fundos de vale:** potencialidades e desafios da gestão sócio-ambiental do território de Belo Horizonte a partir de suas águas. 2009. (Dissertação Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MELO, Ana Carolina A. **Espaços e saberes canalizados:** discussões sobre a natureza social dos rios em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Geografia) - instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Relatório de controle ambiental:** programa Drenurbs, bacia do córrego Vilarinho, sub-bacia do córrego da avenida Baleares. Belo Horizonte, MG: Praxis Projetos e Consultoria. 2003. 76p.

SILVA, Margarete. **Aos destituídos, as cabeceiras:** o lugar das favelas em Belo Horizonte Rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.2, p. 94-123, jul./dez. 2013.

WSTANE, C. **Gestão De Águas Urbanas:** mobilização social em torno de rios invisíveis. 2013. (Dissertação de Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.